RITUAIS DE OCUPAÇÃO: REVISITANDO AS DIFERENÇAS ENTRE COLONIZADORES

JOHN M. MONTEIRO
Universidade de Campinas

SEED, Patricia. 1995. *Ceremonies of Possession in Europe's Conquest of the New World*. Cambridge: Cambridge University Press. 199 pp.

Década de grandes efemérides, este último decênio do século vem recolocando de modo instigante questões referentes à colonização e ao colonialismo, lançando perspectivas críticas que se antepõem às grandes tendências das décadas anteriores, desde o moderno sistema mundial, às comunidades imaginadas, ao orientalismo e aos "estudos subalternos". A principal característica desta bibliografia talvez resida no deslocamento do enfoque da história colonial para os colonizados, com sua imensa e inegável diversidade, para quem o colonialismo foi um doloroso interlúdio entre as manifestações proto-nacionais que foram interrompidas pela chegada da "era de Vasco da Gama" e as configurações nacionais que irromperam no período pós-colonial. Lançado exatamente na metade deste período ainda inconcluso, *Ceremonies of Possession* certamente possui o grande mérito de afastar um pouco o holofote dos subalternos e espoliados para reenfocar os próprios colonizadores, ainda carentes de investigações histórico-antropológicas.

Autora do consagrado livro *To Love, Honor and Obey in Colonial Mexico* (1988), um estudo sobre as mulheres e o casamento na Nova Espanha, Patricia Seed é professora de história da América Latina na Rice University de Houston nos EUA. Na atual conjuntura de hiper-especialização acadêmica, é notável o

esforço da autora em transpor a barreira que parece existir entre os estudos sobre as Américas espanhola e portuguesa, como se o Tratado de Tordesilhas ainda vigorasse entre os latino-americanistas. O livro é enriquecido por sua abordagem interdisciplinar, aliando de forma proveitosa uma minuciosa crítica historiográfica a uma certa sensibilidade etnográfica. Ainda assim, deve-se manter presente o público alvo desta obra, que se dirige a leitores anglo-americanos, tanto que inicia com o exemplo da colonização inglesa que, apesar de infringir a ordem cronológica convencional, "começa com as ações que são, para o leitor anglófono, mais familiares" (Seed 1995: 13; minha tradução, como nas demais citações doravante).

Nas palavras da autora, o livro "compara as maneiras pelas quais os Europeus estabeleceram a sua autoridade política sobre os povos, as terras e os bens do Novo Mundo, entre 1492 e 1640" (: 3). Não se trata, no entanto, de repisar os modelos de governo, as estratégias militares, as respostas nativas, os sistemas de trabalho, as catástrofes demográficas ou qualquer outro fator que explica, de uma maneira ou de outra, a conquista européia do Novo Mundo. Longe disso, para a autora, "o controle colonial sobre o Novo Mundo foi desencadeado a partir de práticas basicamente cerimoniais" (: 2). Ademais, é nessas "cerimônias de posse" que se localizam mais claramente as raízes das diferenças entre os colonizadores.

Tão inovador quanto provocativo, este enfoque considera que cada grupo de colonizadores europeus era portador de um conjunto diferenciado de pressupostos histórico-culturais que, por seu turno, informaram os procedimentos cerimoniais distintos de cada grupo. "Estes pressupostos histórico-culturais", escreve a autora, "brotaram de três raízes fundamentais: do 'cotidiano', de uma linguagem coloquial comum e de um código legal compartilhado" (: 6). Reproduzindo a formulação de Ernest Gellner referente aos "farrapos e retalhos culturais do cotidiano" (*cultural shreds and patches of everyday life*), Seed busca elucidar as histórias específicas e os diferentes sistemas de significação que forneciam um suporte para as "ações e expressões simbólicas que criavam a autoridade no além-mar" (: 3-4).

Para desenvolver esta linha de investigação, Seed destaca cinco "rituais de posse" que delineam diferenças fundamentais nas maneiras pelas quais ingleses, franceses, espanhóis, portugueses e holandeses teriam afirmado a sua respectiva

autoridade sobre as terras recém-ocupadas. A autora sustenta que as práticas de cada um só eram compreensíveis para os membros daquele grupo e, apesar de notáveis diferenças internas a cada grupo, suas ações cerimoniais davam aos outros a impressão de uma homogeneidade "nacional". Portanto, as expressões simbólicas associadas à posse territorial se desdobravam em duas vertentes ligadas à formação de identidades coloniais. Primeiro, e talvez seja este o ponto mais importante, "o encenamento simbólico da autoridade colonial", através de cerimônias, ações, discursos e registros escritos, estava orientado antes para os próprios patrícios do que para os povos indígenas ou para os rivais europeus. A segunda vertente conduzia à identificação de cada grupo de colonos europeus, no olhar dos outros, como "um grupo uniforme", possuindo uma língua comum, compartilhando uma fidelidade política e apropriando-se das terras indígenas e dos próprios índios de uma maneira diferenciada (: 11).

Os ingleses que ocuparam faixas da América do Norte, por exemplo, mostraram-se preocupados, desde cedo, com a demarcação da propriedade privada e a construção de cercas. Assim, "de início imprimiram a sua posse do Novo Mundo ao inscrever na paisagem poderosos símbolos de propriedade que lhes eram próprios — casas e cercas" (: 25). Outra ação importante dos mesmos colonos ingleses era a de plantar uma horta, onde se cultivava frutas e verduras oriundas do Velho Mundo. Fundamentadas nos princípios do direito inglês e expressas através de símbolos claramente reconhecidos por todos os ingleses, estas ações encontravam um reforço na representação às avessas que se fazia dos povos indígenas, aos quais faltavam justamente estas características. Não muito distante da litania de faltas que costumava descrever os nativos do litoral brasileiro no século XVI, os ingleses da Nova Inglaterra definiam os índios pela ausência de terrenos cercados, de habitações permanentes e de gado domesticado. Mas, se os escritores portugueses destacavam as letras F, L e R (sem fé, nem lei, nem rei), os ingleses enfatizavam três dimensões de um mesmo tema, o da propriedade (: 39).

Como afirma a autora, as práticas de posse dos ingleses eram de caráter basicamente anticerimonial, onde a ação tomava o lugar do discurso (*actions speak louder than words*, ou "ações falam mais alto que palavras", no ditado inglês), o símbolo físico tomava o lugar da palavra. Desta maneira, o primeiro capítulo do livro estabelece a base para um forte contraste com o próximo grupo de colonizadores, os franceses. Estes, por sua vez, realizavam verdadeiras e elaboradas

cerimônias de posse no Novo Mundo, à semelhança das entradas triunfais que afirmavam e reafirmavam a autoridade monárquica entre os súditos franceses no Velho Mundo. Para a autora, "a dimensão semiótica das cores e das roupas, da comida e da forma, do posicionamento e da procissão, estava articulada de maneira explícita e significativa ao estabelecimento da ordem e da estabilidade política" (: 54). Assim, tanto as entradas triunfais quanto as cerimônias de coroamento, apregoadas através de discursos e ações meticulosamente orquestrados, forneciam "uma demonstração visual da legitimidade, da estabilidade e da ordem do poder político francês" (: 54). A centralidade das ações simbólicas na prática colonizadora é sintetizada na citação de um cronista do século XVII, Jean-Baptiste du Tertre: "As cerimônias são necessárias para tornarem válidas as posses" (: 55).

Valendo-se das densas narrativas de viajantes e missionários franceses dos séculos XVI e XVII, Seed sublinha como todos estes manifestaram uma preocupação especial com os gestos e as palavras que acompanharam cada solenidade de posse. Diferentemente dos ingleses, não bastava para os franceses o estabelecimento de algum marcador físico que simbolizasse a sua posse. Ao plantar cruzes e obeliscos no Novo Mundo, era necessário conferir-lhes algum significado através de discursos e gestos, com a finalidade de suscitar algum sinal de consentimento da parte dos diferentes povos indígenas. Portanto, ao invés da negação e da exclusão, a marca distintiva do colonialismo francês nas Américas, para a autora, residia na troca comunicativa e na aliança: "a conquista através do amor" (: 56). É claro que esta leitura precisa ser relativizada, até porque, no complexo contexto das relações entre grupos no litoral brasileiro e maranhense durante os séculos XVI e XVII, ao se ganhar um aliado, sempre se ganhava também um inimigo. Isto ocorria igualmente no nordeste da América do Norte e na região dos Grandes Lagos. Portanto, o "colonialismo de consenso" ao qual a autora se refere, na verdade, expressa a imagem que os franceses queriam criar para si, o que demarcava claramente a sua diferença frente a outros colonizadores: "Se, de tempos em tempos, todos os europeus estabeleceram parcerias com povos nativos, somente os franceses descreveram as suas relações contínuas com os nativos como alianças, instauradas a partir de evidências palpáveis de consentimento indígena" (: 65).

Longe deste quadro de aparente tolerância, os espanhóis do capítulo seguinte procuravam antes garantir a submissão dos povos nativos para legitimar a sua posse das terras novas. A prática que melhor sintetizava isso era a leitura solene

do *requerimiento*, documento insólito que dava aos nativos a opção de se submeter pacificamente ou pelo fio da espada. "Resultado da disputa inicial em torno da autoridade legal que a Espanha teria sobre o Novo Mundo, o discurso ritual conhecido como o *requerimiento* se tornou o meio principal para o encenamento de tal autoridade" (: 97).No entanto, enquanto a autora apresenta uma discussão densa dos fundamentos jurídicos e históricos desse "protocolo para a conquista", infelizmente, não oferece qualquer indício do encenamento desse ritual na prática. Os relatos de Oviedo, por exemplo, citados no estudo clássico de Lewis Hanke, *The Spanish Struggle for Justice in the Conquest of America*, chegavam a provocar riso no próprio autor do documento, o jurista Palacios Rubios. Já Las Casas, segundo Seed (: 71), ao tomar conhecimento do *requerimiento*, não sabia se ria ou chorava. Por mais absurdo e cínico que fosse, contudo, o *requerimiento* ilustra bem o argumento da autora, pois faz pleno sentido quando inserido no contexto do debate entre espanhóis sobre a legitimidade das ações dos conquistadores, mostrando-se menos relevante no contexto das relações efetivas entre espanhóis e índios.

Um problema com esta análise é que ela deixa de reconhecer a proximidade entre as experiências espanhola e portuguesa, aliás oriundas de pressupostos histórico-culturais e de tradições jurídicas similares, gestadas no processo de reconquista territorial e no clima de perseguição religiosa que reinava na Península Ibérica na passagem do século XV para o XVI. O princípio da guerra justa, por exemplo, constituía pedra angular da política indigenista na América portuguesa e estava ligado intrinsecamente à legitimação da posse territorial, embora fosse suscitada mais frequentemente para arrebanhar cativos. Ainda assim, o cinismo do *requerimiento*, que fornecia um certo pretexto para a escravização de grupos nativos no Caribe e na terra firme, faz lembrar as descrições que o padre Vieira fez de guerras justas grosseiramente forjadas ou do ritual de exame dos "índios da corda", pretensamente salvos de festins canibalescos no Maranhão. Tais procedimentos buscavam, antes de mais nada, legitimar a conquista dos índios entre os portugueses que, à semelhança dos espanhóis, também tinham sérias divergências em torno dos direitos sobre o Novo Mundo.

Contudo, ao tratar dos portugueses, assunto principal do capítulo subsequente, a autora elege a dimensão científica dos atos de descobrimento para delinear aquilo que considera ser a principal característica na legitimação da posse dos lusitanos. "Os rituais de posse dos portugueses no Novo Mundo",

escreve Seed, "no início tinham um caráter astronômico". Como ilustração, destaca, na frota de Cabral, a atuação do piloto Mestre João que, no dia 27 de abril, tirou medidas latitudinais "através de gestos muito precisos [...] regulados de maneira tão exata quanto na realização de uma cerimônia". Fundamentado deste modo na demonstração do conhecimento científico, o ato de descobrimento "constituía o cerne das pretensões [portuguesas] referentes à sua autoridade no além-mar" (: 101). É interessante esta análise na medida em que a autora mostra as raízes muçulmanas e judaicas da ciência náutica, numa digressão esclarecedora que atravessa a pantanosa bibliografia sobre a epopéia marítima dos portugueses. Entretanto, não é à toa que Mestre João, diferentemente dos espanhóis, franceses e ingleses dos capítulos anteriores, "não proferiu um discurso solene, nem organizou um desfile cerimonial". Também "não plantou uma horta, nem construiu uma cerca ou uma casa" (: 101). Afinal de contas, não se pode esquecer que a armada estava indo para a Índia e os portugueses realmente não sabiam muito o que fazer com esse descobrimento inesperado. Ademais, Mestre João era um piloto e seus gestos, por mais performáticos que fossem, tinham mais a ver com os procedimentos práticos e técnicos daquele ofício.

Mas, se a abordagem da autora sublinha uma característica geral da expansão portuguesa que teve um papel crucial nos séculos XV e XVI, acaba deixando de lado ricas possibilidades de análise, capazes de explicar melhor a afirmação e a consolidação da autoridade portuguesa em terras americanas. Os casamentos interétnicos entre portugueses e filhas dos "índios principais", por exemplo, constituíam verdadeiros atos fundacionais em diferentes capitanias, envolvendo ao mesmo tempo cerimônias de batismo e de conversão para o catolicismo. A fundação de vilas, desde as primeiras do século XVI às vilas pombalinas na Amazônia no século XVIII, também possuía uma dimensão cerimonial bastante relevante, ao erguer o símbolo máximo da autoridade régia em praça pública: o pelourinho. Estendendo a análise para o século XVIII, as entradas triunfais e outras cerimônias de posse também aconteciam na América portuguesa, sobretudo, em lugares onde a autoridade lusitana não estava efetivamente consolidada, como nos arraiais e nas vilas das zonas auríferas, ou nas áreas contestadas durante os acertos dos limites com outras potências européias. Finalmente, contrariando o que afirma a autora (: 176, 189-90), a manipulação da toponímia também foi uma estratégia importante usada pelos portugueses para afirmar a posse, não apenas a partir do uso de nomes

de santos para marcar os diferentes acidentes geográficos do litoral brasileiro, como também, mais tarde, através da apropriação (ou atribuição) de nomes tupi.

Seed encerra seu livro com um estudo das descrições textuais e cartográficas dos holandeses, afimando que estas "fixaram os contornos dos achados holandeses" (: 178). Seguidores dos portugueses na articulação de uma talassocracia comercial, os holandeses teriam sustentado as suas posses através do comércio e da navegação e não pela descoberta e ocupação. No decorrer do capítulo, a autora fornece detalhes fascinantes a respeito de como diferentes narradores holandeses buscaram validar a posse de diferentes segmentos do Novo Mundo. Um deles, por exemplo, registrava uma narrativa indígena sobre a origem das embarcações holandesas, usando isso como prova de que os holandeses foram os primeiros europeus a freqüentar aquelas terras (: 159-60). Outra forma residia na compra de terras dos nativos, como no caso da ilha de Manhattan, porém, Seed menciona isto apenas de forma passageira. Também não faz menção às formas de posse menos cerimoniosas, como nas conquistas do Ceilão e de Pernambuco que, na verdade, proporcionam situações bastante interessantes para se confrontar os estilos coloniais com referência às alianças, às negociações e às formas de guerrear que não só legitimavam como garantiam a posse holandesa sobre territórios antes reivindicados pelos portugueses.

Por mais que se possa discordar das inflexões que a autora decidiu destacar para cada caso estudado, o livro de Patricia Seed demonstra de forma inovadora e criativa que as diferenças fundamentais entre grupos de colonizadores tiveram um impacto de longo prazo sobre as sociedades e culturas do Novo Mundo. Entretanto, é preciso dizer que tais diferenças resultaram não apenas da bagagem cultural que cada um carregava, mas também da maneira pela qual esta bagagem se articulava com as situações, o mais das vezes inesperadas, que o contexto do Novo Mundo apresentava. Os ingleses, franceses, espanhóis, portugueses e holandeses encenavam a posse de terras novas a partir dos rituais, cerimônias, crenças e conhecimentos que lhes eram familiares, com certeza, porém também foram obrigados a reescrever constantemente esse roteiro.